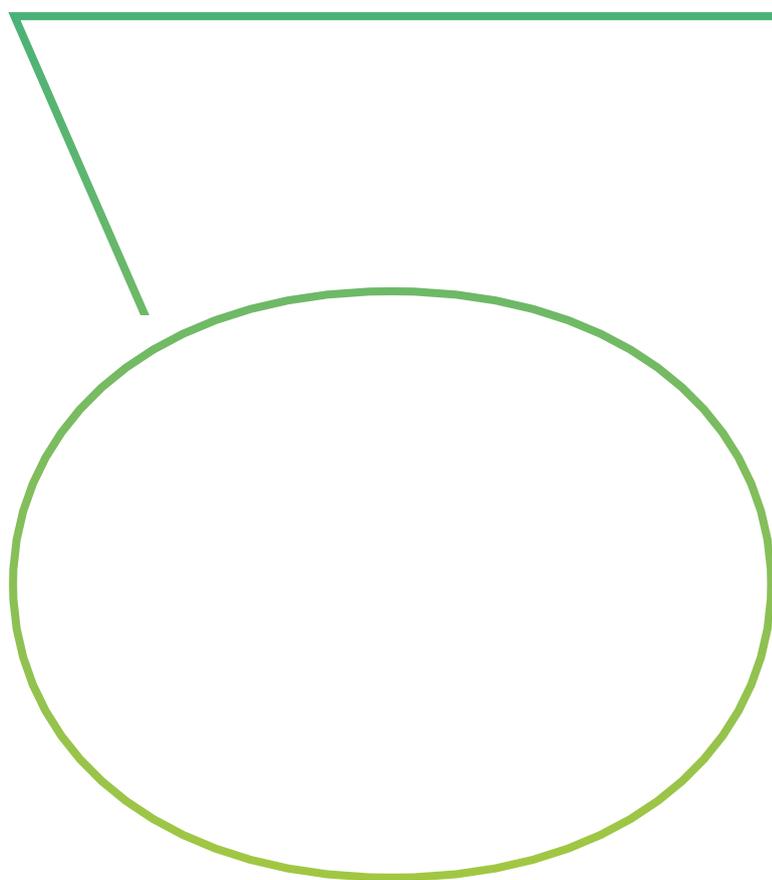
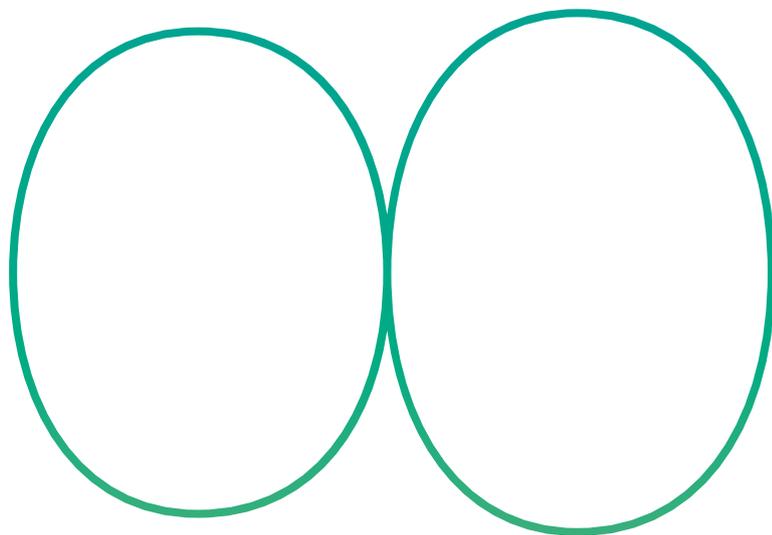


RELATÓRIO DE GESTÃO



ANEXO

Mensagem da diretoria e do conselho 04

Cenário econômico 06

Estrutura sistêmica 08

Nossa evolução 10

Governança corporativa 16

Demonstrações financeiras e contábeis 18

Parecer do conselho fiscal 49

Nossa agência 50

Mensagem da diretoria e do conselho

A força do cooperativismo.



O desempenho da economia, em 2018, ficou bem abaixo das expectativas e, mesmo assim, o cooperativismo de crédito no país superou as médias de crescimento dos demais setores econômicos. O Sicoob Coopercred acompanhou essa realidade, com resultados afetados pela redução da taxa básica de juros do Banco Central, que reduziu o ganho com empréstimos e também a atração pelas aplicações financeiras baseadas na Selic.

No entanto, a estrutura da cooperativa se movimentou e, com apoio estratégico e operacional dos colaboradores, e engajamento dos cooperados, ampliou a oferta e aquisição de novos serviços, além do crescimento da base de associados.

A dinâmica da gestão do Sicoob Coopercred segue os princípios do cooperativismo, que movimenta e fortalece o setor na economia brasileira. Importante observar que em 2018, conforme dados apresentados nas próximas páginas, destacam-se a ampliação de associados, que cresceu de 1.104 para 1.265, com alta de 14,6%. O Sicoob Coopercred se fortaleceu no período, com avanço

dos ativos totais, que superaram R\$ 283 milhões.

Apesar do mais longo período de recessão e estagnação da economia brasileira nas últimas décadas, o Sicoob comemora mais do que a ampliação de ativos, sobras e número de associados, mas também investimento na maior capacitação da equipe, integração constante com o sistema Sicoob, novos serviços e fortalecimento dos Postos de Atendimento, demandas que estava no nosso planejamento estratégico e que visa dar mais acesso ao associado a nossas ações e informações – focando sempre em um dos nossos pilares, a transparência.

Destacamos o papel e a união da Diretoria, Conselho, Colaboradores e Cooperados, que possibilitaram superar a crise e transformar empenho em resultados positivos.

Muito obrigado a todos.

Prever para se adaptar ao que virá é o segredo das grandes empresas.

É fato que o cenário político sempre altera e afeta o cenário econômico. São dois setores que estão sempre ligados. Mas mesmo em momentos de turbulência, existem empresas e instituições que conseguem se destacar em meio ao conglomerado de "perdidos". Ano após ano, economistas são convidados a darem previsões sobre o cenário econômico brasileiro. E com tantas variáveis, prever sobre a economia é como prever sobre a meteorologia. Mas ainda assim, todas as projeções são de fundamental importância para os mercados e setor. Avaliar o cenário é dar perspectiva para que caminho seguir ou que estratégia traçar.

Prever para se adaptar ao que virá é o segredo de grandes empresas. Quando tudo parece que vai mal, mas com a gente está tudo bem. É essa a sensação que os cooperados Sicoob têm quando o assunto é economia, rendimentos ou investimentos. Num cenário econômico controverso, onde a economia se encontra em um estado de instabilidade devido às mudanças setoriais, o Sicoob foi na contramão e iniciou o ano de 2019 com resultados positivos de R\$ 3,12 bilhões, com um crescimento de 12,2% em relação ao ano anterior. A performance positiva se reflete também nas operações de crédito bruto, que

registraram R\$ 54,6 bilhões, um avanço de 20,4% em relação a 2017. Já os ativos chegaram a R\$ 104,2 bilhões com acréscimo de 15,2%.

Outro número relevante é o crescimento de novos cooperados: foram 616 mil em 2018, alcançando a marca de 4,4 milhões de pessoas que hoje contam com o amplo portfólio de produtos e serviços financeiros oferecidos pelas cooperativas.

Mas para entender o cenário atual é importante voltar ao início de 2018, quando todos esperavam um crescimento próximo a 3% ou até maior, no caso dos mais otimistas.

A base do cenário de crescimento do ano calcava-se em uma política monetária expansionista, somada a um significativo hiato negativo do produto, além das perspectivas de realização das reformas fiscais.

A realização dessas reformas traria impactos na redução da incerteza, do prêmio de risco e na melhoria das condições financeiras. Apreciação cambial e queda da taxa de juros de longo prazo, por exemplo.

Chegando ao final de 2018, a realidade foi que o crescimento ficou entre 1% e 1,5%, frustrando as previsões de início do ano.

Agora em 2019, a área econômica sinaliza uma breve apresentação da reforma da Previdência e propostas ousadas de privatização e abertura da economia, mais ligadas à produtividade.

A relação dívida pública / PIB, hoje em 76,7%, indica o risco de insolvência fiscal, os mercados continuam investin-

do em papéis do Tesouro, baseados na narrativa de que haverá uma reforma da Previdência.

É esperado que ela seja profunda e abrangente o suficiente para estabilizar em alguns anos essa relação, para em seguida colocá-la em trajetória de queda. Sem a reforma ou com um projeto livre de suas ambições, essa narrativa desmoronará, provocando rápida queda de confiança e fuga de capitais com todas as suas graves consequências, a principal delas a volta da inflação elevada e sem controle.

Por tudo isso, parece aconselhável que o governo, que já elegeu a reforma da Previdência como a prioridade máxima, adote uma sequência que evite estabelecer concorrência com as demais reformas. Nenhuma outra é tão fundamental. Todas as restantes podem esperar. O fracasso na reforma da Previdência e seus devastadores efeitos econômicos e sociais prejudicariam gravemente o capital político.



Estrutura Sistêmica

Confederação / Bancoob

- Ponta Administradora
- Sicoob Seguradora
- Bancoob DTVM
- Cabal Brasil
- Sicoob Previ

Cooperativa Central

Cooperativa Singular

Cooperados

Missão:

Gerar soluções financeiras adequadas e sustentáveis, por meio do cooperativismo, aos associados e às suas comunidades.

Visão:

Ser reconhecido como a principal instituição financeira propulsora do desenvolvimento econômico e social dos associados.

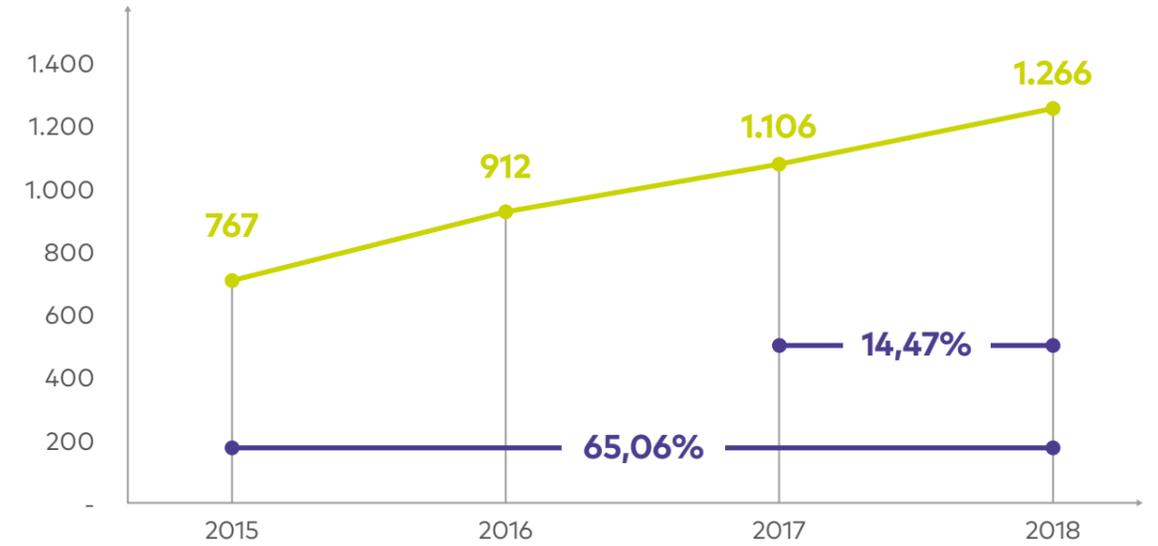
Valores:

Transparência;
Comprometimento;
Respeito;
Ética;
Solidariedade;
Responsabilidade.

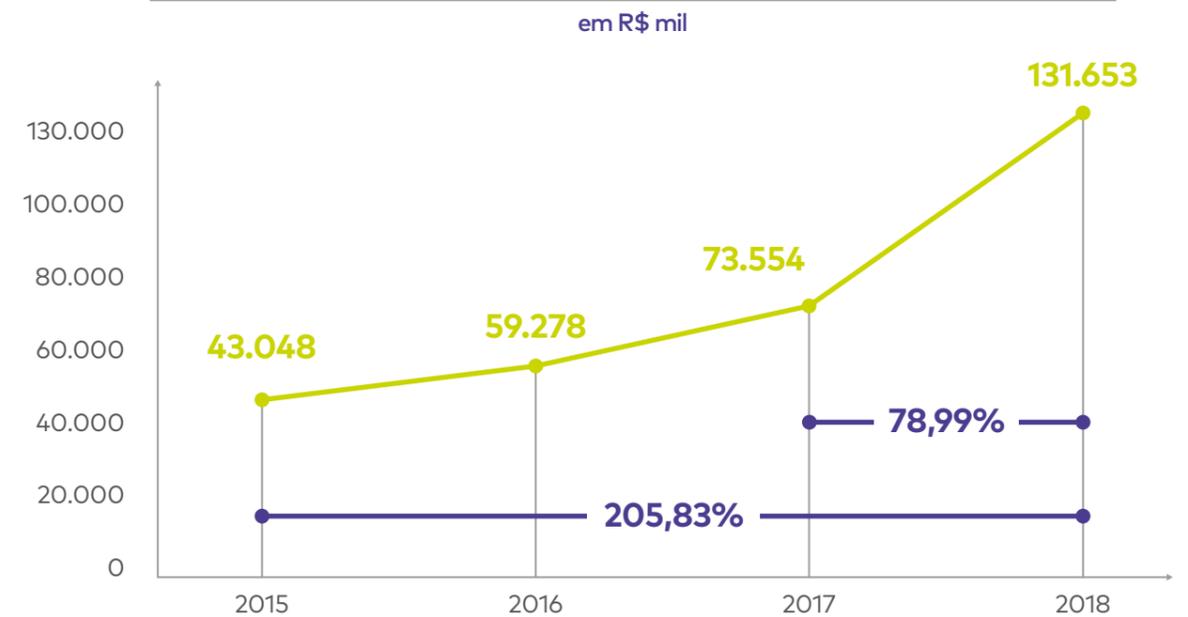
Desenvolvimento em todos os números.



Cooperados

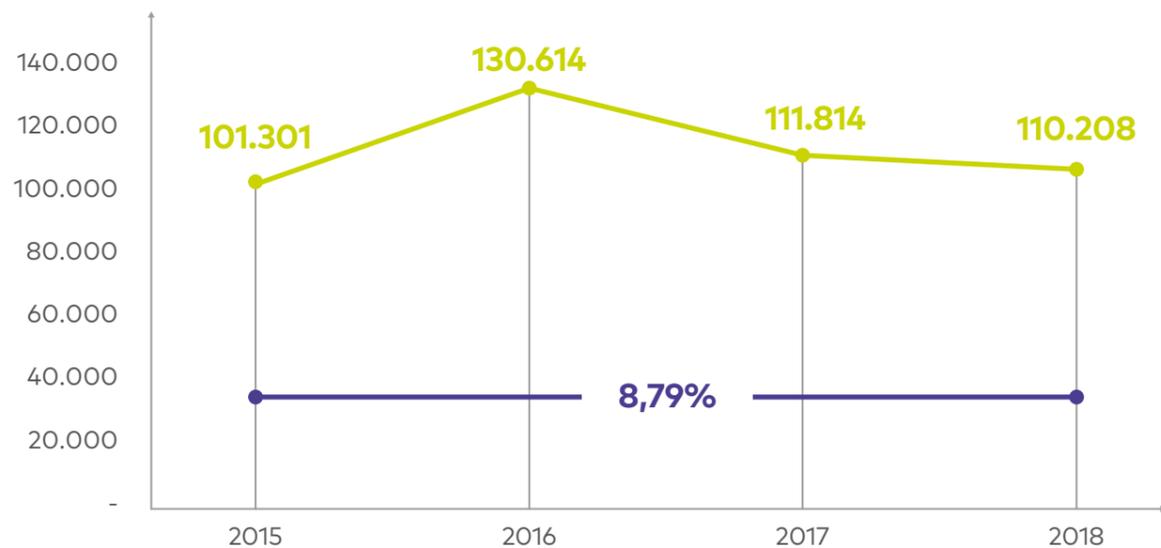


Depósitos Totais



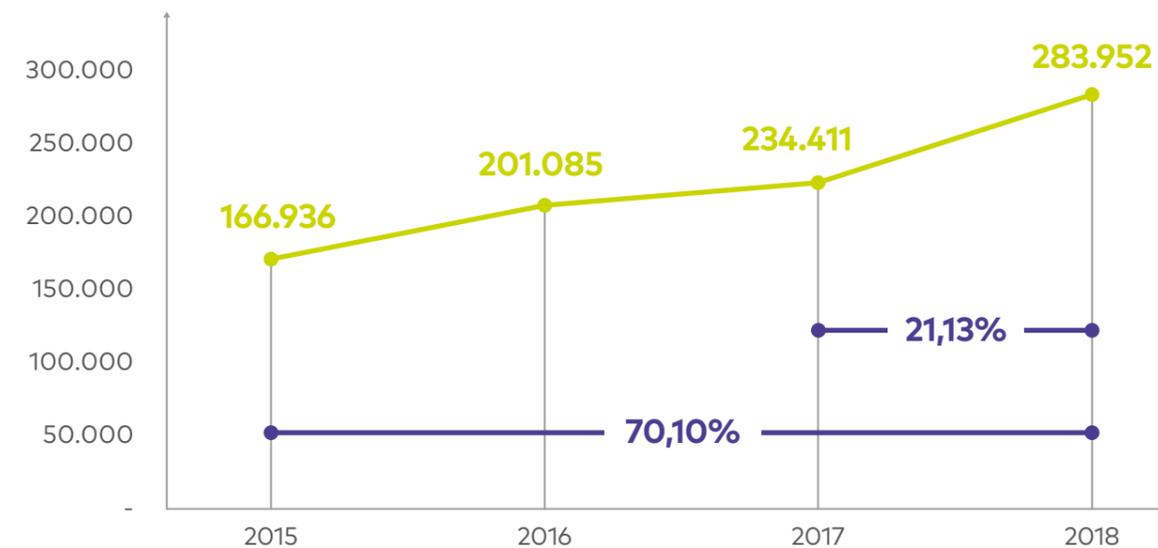
Carteira de Crédito

em R\$ mil



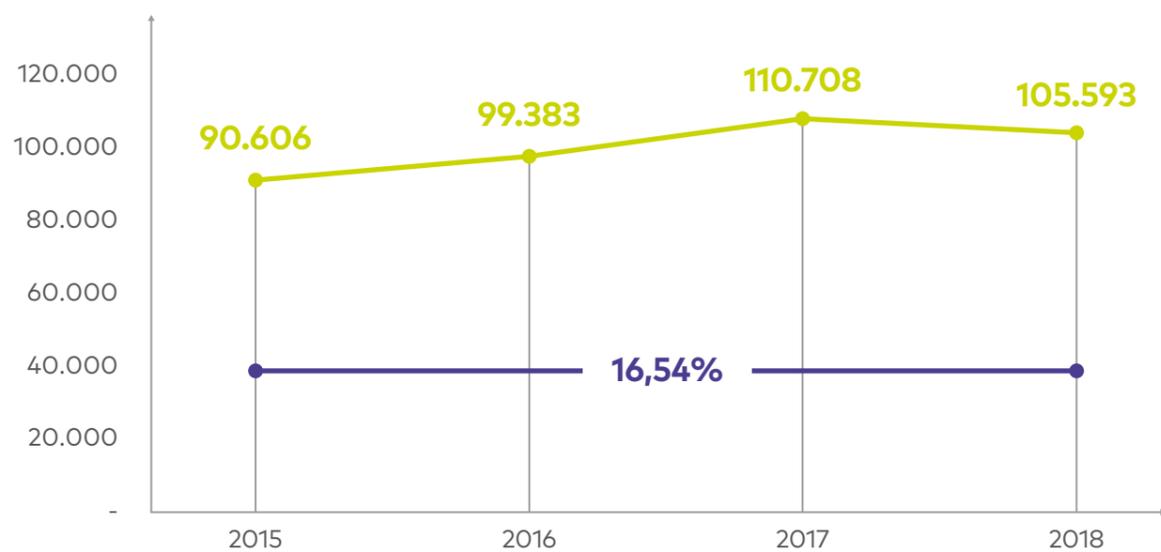
Ativo Total

em R\$ mil



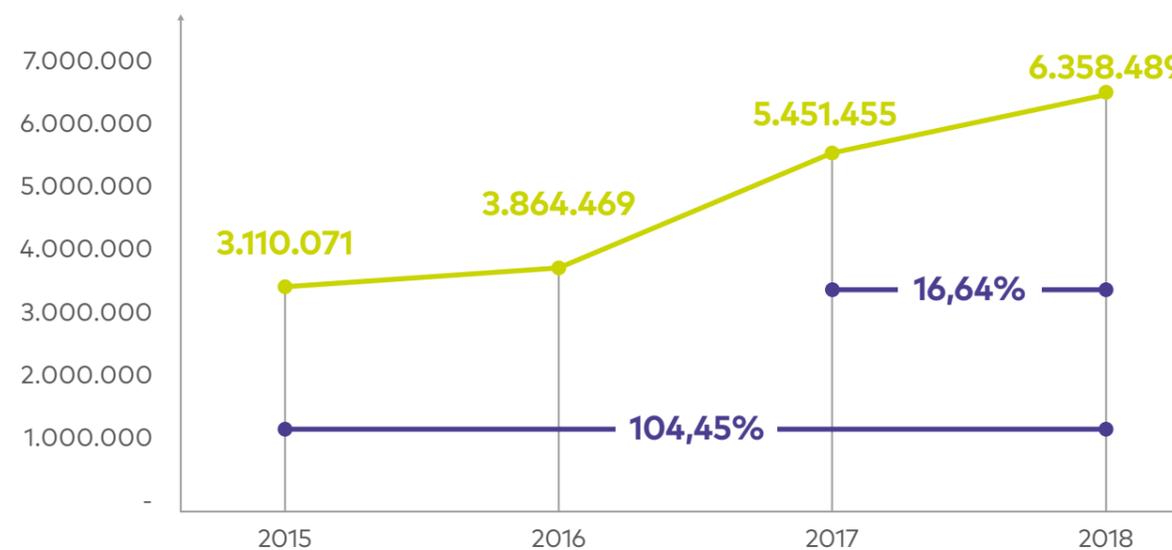
Patrimônio Líquido

em R\$ mil

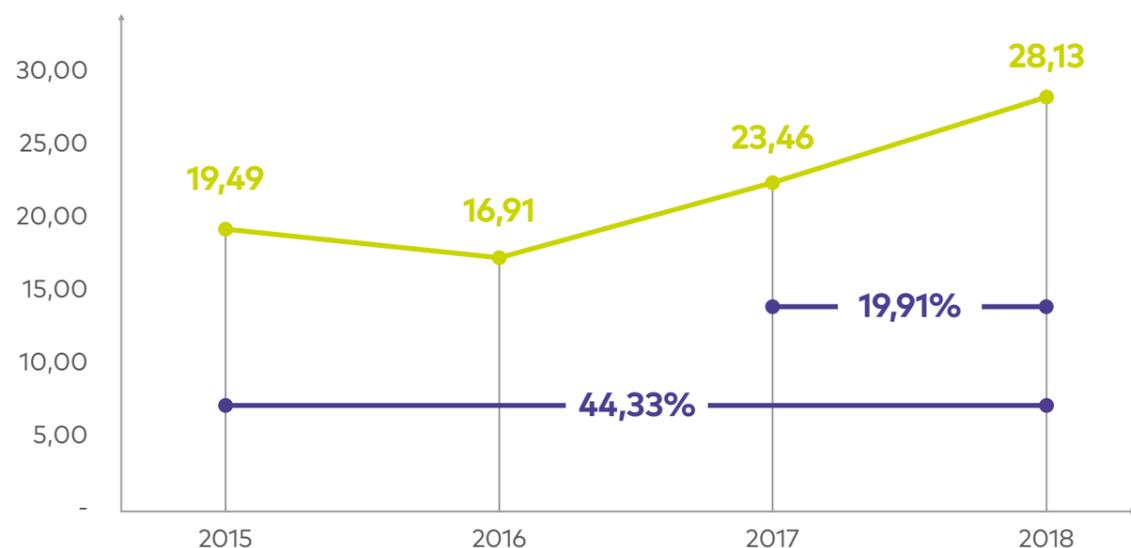


Sobras do Exercício

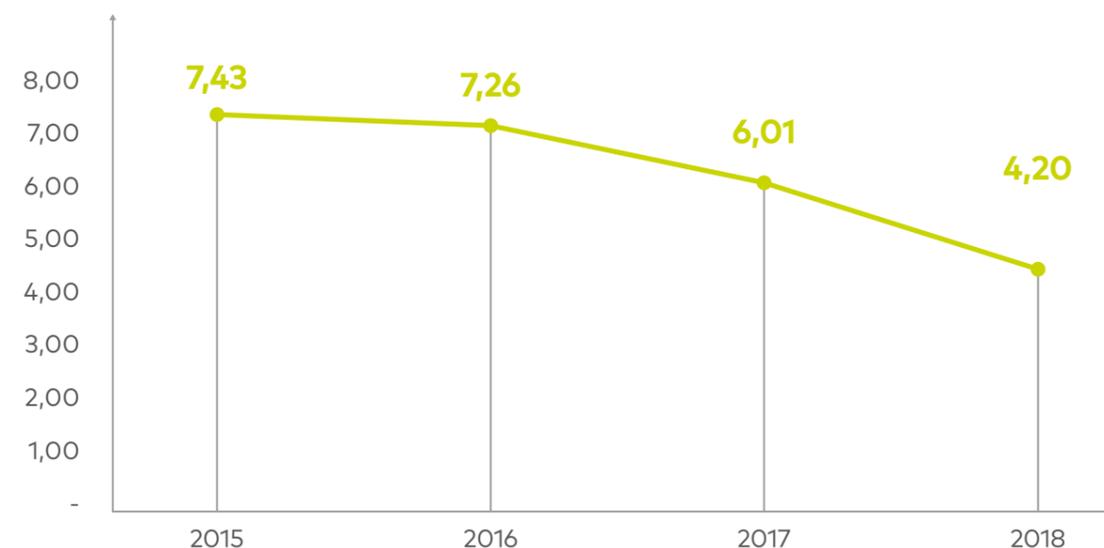
em R\$



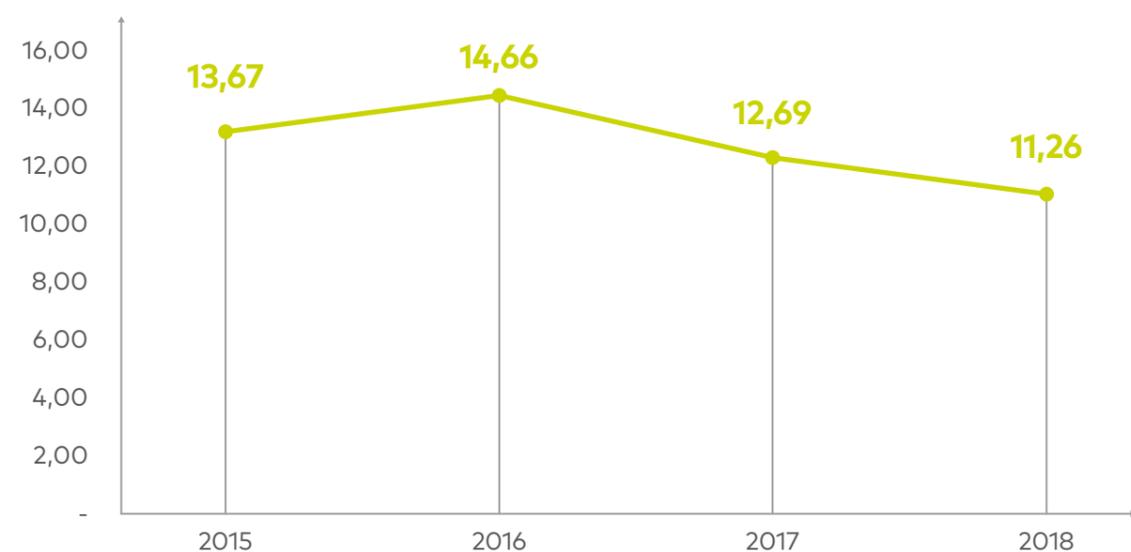
Índice de Eficiência Padrão



Rentabilidade sobre ATIVOS - ROA



Rentabilidade sobre PLA - ROE



Ganho Social - Renda Agregada 2018

PRODUTOS	SFN Taxa Média Mensal	SICOOB COOPERCRED Taxa Média Mensal - PAD	GANHO	ACUMULADO
CHEQUE ESPECIAL PF	12,51%	4,50%	R\$ 593.334	R\$ 593.334
EMPRÉSTIMOS	3,15%	1,44%	R\$ 10.510.989	R\$ 11.104.322
FINANCIAMENTOS VEÍCULOS - PF	1,67%	1,63%	R\$ 215	R\$ 11.104.538
TARIFAS PF ¹	R\$ 53,12	R\$ 8,16	R\$ 482.319	R\$ 11.586.857
CARTÃO CRÉDITO (ROTATIVO)	12,22%	8,00%	R\$ 126.054	R\$ 11.712.911
CARTÃO CRÉDITO (PARCELADO)	8,53%	4,30%	R\$ 43.077	R\$ 11.755.988
CONSÓRCIO ² IMÓVEIS	18,96%	9,50%	R\$ 1.140	R\$ 11.757.129
CONSÓRCIO ² VEÍCULOS	13,14%	9,01%	R\$ 1.535	R\$ 11.758.664
CONSÓRCIO ² MOTOS	14,62%	11,00%	R\$ 18	R\$ 11.758.682
CONSÓRCIO ² SERVIÇOS	14,40%	10,00%	R\$ 100	R\$ 11.758.782
CHEQUE ESPECIAL PJ	13,07%	4,50%	R\$ 600.813	R\$ 12.359.595
TÍTULOS DESCONTADOS	2,54%	1,74%	R\$ 678.817	R\$ 13.038.412
DEPÓSITOS A PRAZO	0,53%	0,50%	-R\$ 437.910	R\$ 12.600.503
FINANCIAMENTOS VEÍCULOS - PJ	1,22%	1,53%	-R\$ 1.092	R\$ 12.599.411
FINANCIAMENTOS BENS E SERV. - PJ	1,22%	N/D	R\$ 0	R\$ 12.599.411
TARIFAS PJ ³	R\$ 109,25	R\$ 7,90	R\$ 451.187	R\$ 13.050.598
RETORNO DE SOBRAS	NÃO TEM	R\$ 6.177.250	R\$ 6.177.250	R\$ 19.227.848
COOPERADOS SICOOB COOPERCRED				1.265
RENDA MÉDIA AGREGADA AO ANO				R\$ 15.200

Fonte: Bancoob, Sicoob Confederação e Banco Central do Brasil.

Nota: Taxas do SFN (média do ano de 2018).

Elaboração: Sicoob Uni - Desenvolvimento Estratégico e Bancoob - Suest

¹Tarifas SFN PF: valor médio "Pacotes Padronizados de Serviços III (Tabela II anexa à Resolução nº 4.196, de 2013)".

²Os valores de consórcios são calculados pela soma das cotas ativas no período de referência.

Taxas de adm. médias considerando o prazo total por segmento. Para efeito de cálculo considera-se a taxa de adm. mensal equivalente.

³Tarifas SFN PJ: média dos eventos (abertura de conta, cartão múltiplo, talonário cheque 10 folhas, extrato, DOC, TED, saque e pacote de serviços).

Informações sobre aquisição: em apuração.

Governança corporativa

Conceitos Gerais:

A Cooperativa integra o SICOOB – SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL, composto pelas cooperativas singulares associadas às cooperativas centrais e por estas, filiadas à Confederação, bem como por aquelas instituições vinculadas ao sistema. Ou seja, o SICOOB, formado em três níveis, singulares, centrais e confederação, é coordenado pela CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DO SICOOB LTDA. – SICOOB CONFEDERAÇÃO.

A Cooperativa possui e também participa de políticas e de mecanismos sistêmicos para incorporar a sustentabilidade em suas estratégias de negócios e gerenciar os principais riscos econômicos, sociais e ambientais que têm impacto sobre suas atividades.

Esse conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, permite aos associados definirem e assegurarem a execução dos objetivos da Cooperativa, contribuindo para a sua continuidade, perenidade e para o fortalecimento dos princípios cooperativistas.

Neste contexto, a Cooperativa:

- desde sua constituição, evoluiu no seu modelo de Governança Corporativa, inicialmente pelo modelo 'monístico' [direção estratégica e gestão executiva pertencendo ao mesmo órgão de administração] e, desde a Assembleia Geral Extraordinária de 25/03/2014, utilizou o modelo 'dual' [segregação entre a direção estratégica e a gestão executiva];

- pela AG de 14/09/2018, aplicou o estatuto modelo sistêmico do Sicoob;

- desde 2016, participa e/ou patrocina a construção e a elaboração da política de sucessão e construção desse processo, composto pelos planos de Sucessão, de Recrutamento, de Seleção e de Capacitação, via das discussões pertinentes e sistêmicas – interna, local, regional e nacional;

- submissa ao princípio da 'obediência consentida', integra o SICOOB – SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL, regendo-se, também por suas normas e pelas diretrizes sistêmicas (políticas, regimentos, regulamentos, manuais e instruções), adota e adere:

- ao SGR – Sistema de Garantias Recíprocas, observados os dispositi-

vos estatutários e normativos atinentes;

- como forma operacional, à centralização financeira e de serviços disponibilizados pelo Sistema, regional ou nacional;

- ao compartilhamento e utilização de componente organizacional de ouvidoria único mantido pelo Bancoob, tendo como premissa garantir a qualidade do atendimento e a satisfação dos associados, clientes, fornecedores e usuários, ratificando o compromisso com a transparência nessas relações;

- ao monitoramento, à supervisão, à orientação administrativa e operacional sistêmicas, composto de:

- Controle Interno que, alinhado à estratégia corporativa e sistêmica, atua no gerenciamento de riscos e controles;

- Auditorias – Interna e Externa (de Balanço e Demonstrações Financeiras e Contábeis), que estão em conformidade com as regulamentações vigentes e em linha com as melhores práticas.

- na Segurança Institucional, apoia e contribui ativamente com ações no âmbito do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro.

Com esse modelo de atuação, a Cooperativa e o Sistema asseguram a disseminação de seus valores e das boas práticas de governança corporativa e cooperativista, ao tempo em que garantem o alinhamento estratégico e a geração de valor para o seu quadro social.

Estrutura de Governança:

A estrutura de governança corporativa da Cooperativa é composta pelos seguintes órgãos sociais e estatutários: Assembleia Geral (AG), Conselho de Administração (CONAD), Diretoria Executiva (DIREX) e Conselho Fiscal (COFIS).

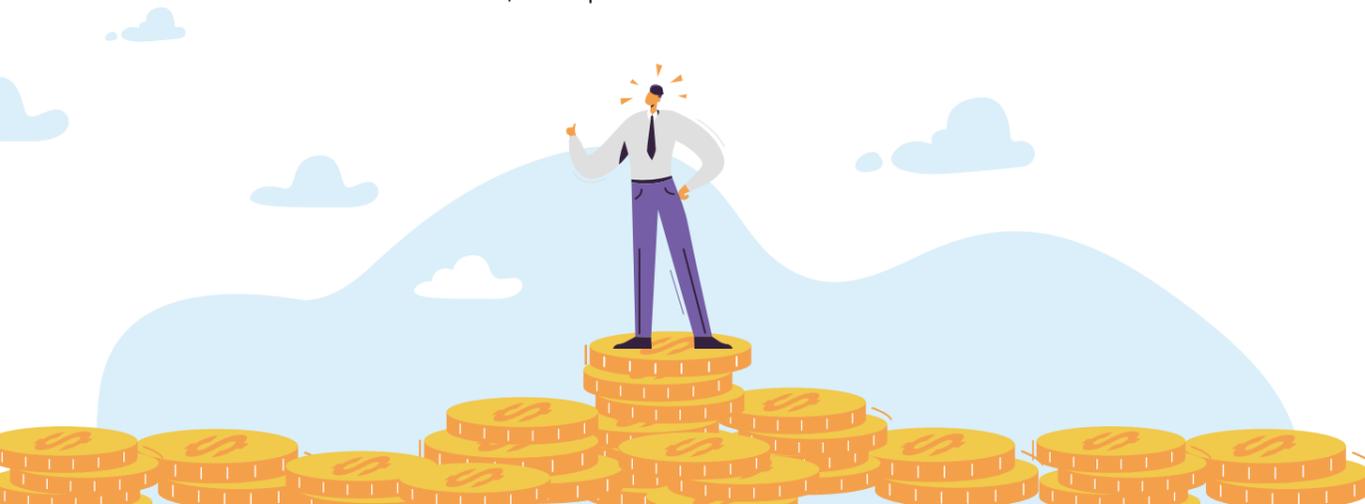
O CONAD, composto de 6 membros efetivos com mandato de 3 anos, órgão colegiado, tem atribuições estratégicas, orientadoras, eletivas e supervisoras. Ou seja, o conselho define o caminho e monitora o percurso. Dentre os membros, um é o Presidente e outro o Vice-Presidente.

A DIREX, composta de 2 membros – Diretor Geral e Administrativo, e Diretor Operacional, comporta as funções operacionais ou executivas.

Ao COFIS, composto de 3 membros efetivos e 3 suplentes, com mandato de 3 anos, compete a fiscalização da sociedade.

A AG elege os membros do COFIS e do CONAD e este, os membros da DIREX. A sucessão e renovação obedecem aos ditames e aos critérios estabelecidos – legais, estatutários e regimentais –, além das políticas e regulamentos afins.

A remuneração dos diretores e dos conselheiros é deliberada pela AG.



Demonstrações financeiras e contábeis

Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (em reais)

ATIVO		NOTA	2018	2017	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		NOTA	2018	2017
Circulante			258.501.129	208.143.632	Circulante			175.497.819	121.089.772
Disponibilidades			180.110	164.259	Depósitos	11	105.263.224	55.785.012	55.785.012
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	04		33.570.056	11.243.274	Depósitos à Vista		17.083.507	10.851.698	
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros			33.570.056	11.243.274	Depósitos a Prazo		88.179.717	44.933.314	
Relações Interfinanceiras	05		122.897.446	96.584.170	Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	12	26.390.653	17.769.033	17.769.033
Centralização Financeira - Cooperativas			122.897.446	96.584.170	Recursos Letras Imob., Hipotec., de Crédito e Similares		26.390.653	17.769.033	
Operações de Crédito	06		87.196.789	93.540.610	Relações Interfinanceiras	13	40.168.148	43.885.346	43.885.346
Operações de Crédito			91.154.514	97.943.423	Repasse Interfinanceiras		40.168.148	43.885.346	
(Provisão para Operações de Crédito)			(3.957.745)	(4.403.013)	Relações Interdependentes	14	951.000	391.000	391.000
Outros Créditos	07		12.059.488	6.491.138	Recursos em Trânsito de Terceiros		951.000	391.000	
Créditos por Avais e Fianças Honoradas			70.048	114.164	Outras Obrigações	15	2.724.794	3.259.381	3.259.381
Rendas a Receber			492.957	4.872	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assealhados		5.039	14.748	
Diversos			11.595.517	6.534.367	Sociais e Estatutárias		1.218.269	1.312.683	
(Provisão para Outros Créditos)			(99.034)	(162.265)	Fiscais e Previdenciárias		743.463	1.265.274	
Outros Valores e Bens	08		2.597.260	120.179	Diversas		758.023	666.676	
Outros Valores e Bens			2.427.953	120.179	Não Circulante		2.861.052	2.612.849	
Despesas Antecipadas			169.307		Relações Interfinanceiras	13	2.437.186	2.188.983	2.188.983
					Repasse Interfinanceiros		2.437.186	2.188.983	
Não Circulante			25.451.597	26.267.593	Outras Obrigações	15	423.866	423.866	423.866
Realizável a Longo Prazo			17.915.090	13.353.975	Diversas		423.866	423.866	
Operações de Crédito	06		17.491.224	12.930.109	Patrimônio Líquido	17	105.593.855	110.708.604	110.708.604
Operações de Crédito			19.054.227	13.870.302	Capital Social		88.736.536	95.258.113	95.258.113
(Provisão para Operações de Crédito)			(1.563.003)	(940.193)	De Domiciliados no País		88.736.536	95.258.113	
Outros Créditos	07		423.866	423.866	(Capital a Realizar)		(2.300)	-	
Diversos			423.866	423.866	Reserva de Sobras		13.995.999	12.452.191	12.452.191
Permanente	09		7.536.507	12.913.618	Sobras/Perdas Acumuladas		2.861.320	2.998.300	2.998.300
Investimentos			6.523.082	11.851.656					
Outros Investimentos			6.523.082	11.851.656					
Imobilizado em Uso	10		1.006.283	1.050.045					
Imóveis de Uso			613.607	613.607					
Outras Imobilizações de Uso			1.008.892	944.766					
(Depreciações Acumuladas)			(616.216)	(508.328)					
Intangível			7.142	11.917					
Ativos Intangíveis			47.744	47.744					
(Amortização Acumulada)			(40.602)	(35.827)					
TOTAL DO ATIVO			283.952.726	234.411.225	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		283.952.726	234.411.225	

Rodrigo Penna de Siqueira
CPF: 292.037.128-28
Presidente

Gibrail Kinjo Esber Brahim Filho
CPF: 284.963.291-00
Vice-Presidente

Paulo Roberto da Silva
CRC/GO 015496/O
CPF: 165.161.091-68

Demonstração das sobras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (em reais)

DISCRIMINAÇÃO	NOTA	2º SEMESTRE 2018	2018	2017
RECEITAS (INGRESSOS) DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	19	9.724.329	19.517.262	20.834.293
Operações de Crédito		8.612.476	17.696.685	19.801.431
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		1.111.853	1.820.577	1.032.862
DESPESAS (DISPÊNDIOS) DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(5.192.401)	(10.458.322)	(11.503.826)
Operações de Captação no Mercado	11.b	(2.913.921)	(5.243.738)	(6.348.377)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses		(1.427.418)	(3.139.735)	(3.433.272)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(851.062)	(2.074.849)	(1.722.177)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		4.531.928	9.058.940	9.330.467
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS (INGRESSOS /		1.060.201	2.840.811	4.686.697
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços		355.429	711.246	465.352
Rendas (Ingressos) de Tarifas Bancárias		158.763	316.258	273.175
Despesas (Dispêndios) de Pessoal	20	(1.163.668)	(2.295.539)	(2.215.776)
Outras Despesas (Dispêndios) Administrativas	21	(1.305.750)	(2.755.125)	(2.674.927)
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(123.219)	(162.882)	(44.845)
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		3.077.582	6.121.776	7.838.579
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	22	504.552	1.552.207	1.785.733
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	23	(443.488)	(647.130)	(740.594)
RESULTADO OPERACIONAL		5.592.129	11.899.751	14.017.164
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	24	246.240	287.607	55.480
Receitas Não Operacionais		246.240	287.833	55.480
Despesas Não Operacionais		-	(226)	-
RESULT. ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PART.		5.838.369	12.187.358	14.072.644
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(167.285)	(260.718)	(113.781)
Provisão para Imposto de Renda		(94.717)	(145.475)	(57.941)
Provisão para Contribuição Social		(72.568)	(115.243)	(55.840)
SOBRAS / PERDAS ANTES DAS DESTINAÇÕES		5.671.084	11.926.640	13.958.863
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO		(5.749.390)	(5.749.390)	(8.682.867)
SOBRAS / PERDAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO / SEMESTRE		(78.306)	6.177.250	5.275.996

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (em reais)

Eventos	Capital Social	Reservas de Sobras		Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
		Fundo de Reserva	Estatutárias - FAC		
Saldo no início do Período 01.01.17	85.826.645	10.271.609	1.159.341	2.125.458	99.383.053
Movimentação do Capital					
- Transferência da Reserva Estatutária	1.159.341		(1.159.341)		-
- Incorporação de Sobras conforme AGO	2.121.236			(2.125.458)	(4.222)
- Por Integralizações	1.185.784				1.185.784
- Por Devolução (-)	(2.598.312)				(2.598.312)
Sobras do Exercício				13.958.863	13.958.863
- Remuneração de Juros ao Capital	8.662.233			(8.682.867)	(20.634)
- IRRF sobre Juros ao Capital Integralizado	(1.098.814)				(1.098.814)
- Despesas cobertas pelo FATES				301.113	301.113
- FATES - Atos Não Cooperativos				(125.654)	(125.654)
Destinações					
- Fates				(272.573)	(272.573)
- Fundo de Reserva		545.146		(545.146)	-
- Fundo P/Aumento de Capital (FAC)			1.635.436	(1.635.436)	-
Saldo no fim do Período 31.12.17	95.258.113	10.816.755	1.635.436	2.998.300	110.708.604
Mutações no Período	9.431.468	545.146	476.095	872.842	11.325.551
Saldo no início do Período 01.01.18	95.258.113	10.816.755	1.635.436	2.998.300	110.708.604
Movimentação do Capital					
- Transferência da Reserva Estatutária	1.635.436		(1.635.436)		-
- Incorporação de Sobras conforme AGO	2.993.616			(2.998.300)	(4.684)
- Por Integralizações	2.277.660				2.277.660
- Por Devolução (-)	(18.505.868)				(18.505.868)
Sobras do Exercício				11.926.640	11.926.640
- Remuneração de Juros ao Capital	5.714.690			(5.749.390)	(34.700)
- IRRF sobre juros ao capital	(637.111)				(637.111)
- Despesas cobertas pelo FATES				400.178	400.178
- FATES - Atos Não Cooperativos				(218.939)	(218.939)
Destinações					
- Fates				(317.925)	(317.925)
- Fundo de Reserva		1.271.697		(1.271.697)	-
- Fundo P/Aumento de Capital (FAC)			1.907.547	(1.907.547)	-
Saldo no fim do Período 31.12.18	88.736.536	12.088.452	1.907.547	2.861.320	105.593.855
Mutações no Período	(6.521.577)	1.271.697	272.111	(136.980)	(5.114.749)

Demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (em reais)

Discriminação	2º Semestre 2018	2018	2017
			Reapresentado
Atividades Operacionais			
Sobras / Perdas do Exercício	88.979	6.437.968	5.389.777
Provisão para Operações de Crédito	851.062	2.074.849	1.722.177
Depreciações e Amortizações	58.713	116.754	98.313
	998.754	8.629.571	7.210.267
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	7.800.700	(22.326.780)	(11.243.276)
Operações de Crédito	(638.717)	(292.123)	17.103.541
Outros Créditos	(5.791.228)	(5.568.349)	1.009.174
Outros Valores e Bens	(2.201.218)	(2.477.082)	98.428
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos à Vista	4.225.936	6.231.809	702.005
Depósitos a Prazo	42.050.137	43.246.403	5.597.860
Obrigações por Emissão de LCA	1.019.374	8.621.620	7.975.989
Outras Obrigações	779.802	(671.273)	(643.358)
Relações Interdependentes	701.000	560.000	(643.611)
Relações Interfinanceiras	1.021.746	(3.468.995)	8.913.871
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(167.285)	(260.718)	(113.781)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	49.799.001	32.224.083	35.967.109
Atividades de Investimentos			
Aquisição de Imobilizado de Uso	(13.193)	(68.217)	(109.251)
(Aquisição) / Baixa de Investimentos	6.005.953	5.328.574	(1.388.637)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	5.992.760	5.260.357	(1.497.888)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	1.952.145	2.277.660	1.185.784
Devolução de Capital	(6.941.722)	(18.505.868)	(2.598.312)
Valores a pagar a ex-associados	-	(4.684)	(4.222)
Incorporação do Juros ao Capital (líquido do IRRF)	5.077.579	5.077.579	7.563.419
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	88.002	(11.155.313)	6.146.669
Aumento / Redução Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa	55.879.763	26.329.127	40.615.890
Modificação do Caixa e Equivalentes de Caixa			
No Início do Período	67.197.793	96.748.429	56.132.539
No Fim do Período	123.077.556	123.077.556	96.748.429
Varição do Caixa e Equivalentes de Caixa	55.879.763	26.329.127	40.615.890

Notas explicativas às demonstrações contábeis.

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 – (EM R\$)

1. Contexto operacional

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO VALE DO SÃO PATRÍCIO LTDA - SICOOB COOPERCRED, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 11/09/1984, filiada à CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO – SICOOB UNI e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB COOPERCRED possui 1 unidade de atendimento (sede) na seguinte localidade: GOIANÉSIA – GO.

O SICOOB COOPERCRED tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

(I) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;

(II) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito;

(III) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

A Cooperativa, em 2017, protocolou junto ao Banco Central do Brasil e ao Ministério Público Federal processos relativos a suspeitas de fraudes envolvendo o descumprimento de leis e regulamentos, os quais estão em fase preliminar de apuração e investigações pelos órgãos competentes. Até a data de emissão destas demonstrações contábeis, a Cooperativa ainda não havia obtido quaisquer resultados conclusivos acerca do andamento dessas ações. Segundo o assessor jurídico responsável pela condução desses processos, nos quais a Cooperativa figura no polo ativo, a probabilidade de perda envolvendo a ação foi classificada como "remota".

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 01/04/2019.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Reapresentação dos saldos comparativos de 2017

Os saldos comparativos, relativos a 31 de dezembro de 2017, divulgados em conformidade com o previsto no Cosif 1.22.3.9, estão sendo reapresentados em cumprimento à Resolução CMN nº 4.007/2011, tendo em vista correção de erros e/ou mudanças de práticas contábeis realizados pela Administração da cooperativa, conforme demonstrado a seguir:

I) Balanço patrimonial

PASSIVO	Publicação 31/12/2017	Ajuste / Reclassificação		Saldo Reapresentado
Circulante	123.702.621	(2.612.849)		121.089.772
Saldo reclassificado:				
Relações Interfinanceiras (Repases)	46.074.330	(2.188.983)	(a)	43.885.346
Outras Obrigações – Diversas	1.090.542	(423.866)	(a)	666.676
Não circulante	-	2.612.849		2.612.849
Relações Interfinanceiras (Repases)	-	2.188.983	(a)	2.188.983
Outras Obrigações – Diversas	-	423.866	(a)	423.866
Patrimônio Líquido	110.708.604	-		110.708.604
Total do passivo e patrimônio líquido	234.411.225	-		234.411.225

(a) Reclassificação dos repases interfinanceiros e das demandas judiciais do passivo circulante para o não circulante, tendo em vista o vencimento e a característica dessas operações.

II) Demonstração do Fluxo de Caixa

Descrição	Publicação 31/12/2017	Ajuste / Reclassifi cação		Saldo Reapresentado
Caixa líquido da atividade operacional	(5.644.951)	41.612.060	(a), (b)	35.967.109
Caixa líquido da atividade de investimento	(656.224)	(841.664)	(b)	(1.497.888)
Caixa líquido da atividade de financiamento	6.146.668	1		6.146.669
Aumento (redução) caixa e equivalentes de caixa	(154.507)	40.770.397		40.615.890
Caixa e equivalentes de caixa início do período	318.766	55.813.773	(a)	56.132.539
Caixa e equivalentes de caixa final do período	164.259	96.584.170	(a)	96.748.429
Varição do caixa e equivalentes de caixa	(154.507)	40.770.397		40.615.890

(a) Reclassificação do saldo da Centralização Financeira (Relações Interfinanceiras) das atividades operacionais para caixa e equivalentes de caixa, tendo em vista atenderem às características de caixa e equivalentes de caixa conforme definido no item 6 do CPC 03 (R2) e Resolução CMN nº 3.604/2008.

(b) Reclassificação da variação em bens não de uso próprio do fluxo de caixa de investimentos para o fluxo de caixa operacional.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta

liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e depósitos bancários	180.110	164.259
Relações interfinanceiras - centralização financeira	122.897.446	96.584.170
TOTAL	123.077.556	96.748.429

d) Operações de crédito

As operações de Crédito estão classificadas de acordo com o risco apresentado, amparado por informações internas e externas, em relação ao devedor e seus garantidores e em relação à operação, levando-se em conta, ainda, as situações de renda e patrimônio, bem como outras informações cadastrais do devedor, conforme preconizado pela Resolução CMN/BACEN 2682, de 21.12.1999, e resolução CMN/BACEN 2697, de 24.02.2000.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco, sendo que as registradas como prejuízo são classificadas como risco nível H, cuja provisão para perdas é mantida em 100%.

As operações vencidas, e não pagas, a mais de 180 (cento e oitenta) dias são transferidas para nível de risco H, com provisão para perdas de 100%. As receitas oriundas de tais operações somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

Após a classificação no nível de risco H, as operações são baixadas contra a provisão existente, e transferidas para prejuízo, sendo controladas no grupo de contas do compensado, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações de crédito são apresentadas conforme preconizado pela resolução CMN/BACEN 2682, de 21.12.1999, e Resolução CMN/BACEN 2697, de 24.02.2000, considerando eventuais períodos de inadimplência riscos e perdas na realização, conforme letra "e" da nota explicativa 5.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB UNI** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de Dezembro de 2018 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis;
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018.

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, as aplicações em Depósitos Interfinanceiros estavam assim compostas:

Ativo Circulante	31/12/2018	31/12/2017
Aplicações Interfinanceiras	33.570.056	11.243.276

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, no BANCOOB, com remuneração de, aproximadamente, 102% do CDI. Tal recurso tem por objetivo garantir operações rurais firmadas junto àquela Instituição.

5. Relações interfinanceiras

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Ativo Circulante	31/12/2018	31/12/2017
Centralização Financeira	122.897.446	96.584.170

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB UNI conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade

MODALIDADE	31/12/2018			31/12/2017
	Circulante	Não circulante	Total	
Adiantamentos a Depositantes	164.992		164.992	60.957
Empréstimos	30.934.291	15.258.745	46.193.036	45.440.642
Títulos Descontados	5.587.044	630	5.587.674	7.455.048
Financiamentos	890.656	351.539	1.242.195	2.055.304
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	53.577.531	3.443.313	57.020.844	56.801.974
(-) Provisões para Operações de Crédito	(3.957.745)	(1.563.003)	(5.520.748)	(5.343.206)
TOTAL	87.196.769	17.491.224	104.687.993	106.470.719

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017
AA - Normal	628.958	-	-	2.093.748	2.722.706	-	629.392	-
A 0,5% Normal	8.351.814	8.443	280.409	20.241.739	28.882.405	(144.411)	26.240.437	(131.202)
B 1% Normal	14.027.984	154.230	549.685	25.102.066	39.833.965	(398.340)	41.043.419	(410.380)
B 1% Vencidas	58.887	38.520	11.902	-	109.309	(1.093)	3.031.122	(30.365)
C 3% Normal	11.422.537	191.495	160.134	6.678.043	18.452.210	(553.566)	21.283.353	(638.500)
C 3% Vencidas	3.584	19.443	-	-	23.028	(691)	712.425	(21.373)
D 10% Normal	12.338.827	62.530	71.469	2.152.324	14.625.151	(1.462.515)	14.255.322	(1.425.532)
D 10% Vencidas	356.198	35.813	-	-	392.012	(39.201)	176.734	(17.674)
E 30% Normal	2.684.023	40.513	19.861	-	2.744.397	(823.319)	2.021.429	(606.429)
E 30% Vencidas	1.056	-	-	-	1.056	(317)	449.058	(134.717)
F 50% Normal	28.802	6.314	8.606	216.832	260.554	(130.277)	47.291	(23.645)
F 50% Vencidas	187.199	18.993	24.310	-	230.501	(115.251)	6.939	(3.470)
G 70% Normal	-	-	-	-	-	-	50.891	(35.624)
G 70% Vencidas	259.047	6.565	-	-	265.612	(185.929)	6.060	(4.242)
H 100% Normal	-	14.437	11.182	-	25.619	(25.619)	434.149	(434.149)
H 100% Vencidas	961.552	37.938	104.637	536.092	1.640.219	(1.640.219)	1.425.904	(1.425.904)
Total Normal	49.482.945	477.962	1.101.346	56.484.752	107.547.005	(3.538.047)	106.005.683	(3.705.461)
Total Vencidos	1.827.523	157.272	140.849	536.092	2.661.736	(1.982.701)	5.808.242	(1.637.745)
Total Geral	51.310.468	635.234	1.242.195	57.020.844	110.208.741	(5.520.748)	111.813.925	(5.343.206)
Provisões	(3.851.323)	(99.910)	(157.204)	(1.412.311)	(5.520.748)		(5.343.206)	
Total Líquido	47.459.145	535.324	1.084.991	55.608.533	104.687.993		106.470.719	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	9.002.664	21.461.386	15.258.744	45.722.794
Financiamentos	372.488	518.168	351.539	1.242.195
Financiamentos Rurais	10.091.088	43.486.442	3.443.314	57.020.844
Títulos Descontados	1.535.460	372.149	630	1.908.239
Cheques Descontados	2.960.505	718.930	-	3.679.435
Adiantamento a Depositante	164.992	-	-	164.992
Cheque Especial	245.286	-	-	245.286
Conta Garantida	224.956	-	-	224.956
TOTAL	24.597.439	66.557.075	19.054.227	110.208.741

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	31/12/2018	% da Carteira
Setor Privado – Comércio	90.434	2.316.458	167.354	3.159.388	5.733.634	5,20%
Setor Privado - Indústria	-	5.844.664	-	-	5.844.664	5,30%
Setor Privado - Serviços	162.280	12.661.287	1.532.439	627.743	14.983.749	13,60%
Setor Privado - Agropecuária	826	2.995.757	891.500	554.833	4.442.916	4,03%
Pessoa Física	381.694	23.146.823	2.996.381	52.678.880	79.203.778	71,87%
TOTAL	635.234	46.964.989	5.587.674	57.020.844	110.208.741	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	(5.343.206)	(5.318.054)
Constituições	(54.556.759)	(66.133.343)
Reversões	52.520.924	64.259.631
Transferência para prejuízo	1.858.293	1.848.560
TOTAL	(5.520.748)	(5.343.206)

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Devedor	5.844.664	5,30%	7.623.835	6,82%
10 Maiores Devedores	34.441.131	31,25%	33.034.510	29,54%
50 Maiores Devedores	80.492.503	73,03%	79.136.651	70,78%

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	2.284.075	604.907
Valor das operações transferidas no período	1.519.364	1.850.335
Valor das operações recuperadas no período	(731.760)	(164.942)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	-	(6.225)
TOTAL	3.071.679	2.284.075

h) Operações renegociadas:

Em 31 de dezembro de 2018, a cooperativa apresenta saldo de renegociação de operações de crédito no montante total de R\$ 5.885.177,00 (cinco milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil, cento e setenta e sete reais), compreendendo as composições de

dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2018	31/12/2017
Rendas a Receber (a)	492.956	4.872
Depósito Judicial – PIS e COFINS (Nota 29)	423.866	423.866
Diversos (b)	11.057	14.929
Crédito por Avais e Fianças Honrados (c)	70.048	114.164
Títulos e Créditos a Receber (d)	6.053.834	-
Devedores por Compra de Bens (e)	5.965.145	6.846.276
(-) Rendas a apropriar (e)	(434.518)	(326.837)
(-) Provisões para Outros Créditos (f)	(99.034)	(162.265)
TOTAL	12.483.354	6.915.005
Circulante	12.059.488	6.491.138
Não Circulante	423.866	423.866

(a) Rendas a receber refere-se a serviços prestados a receber, no valor de R\$ 5.738,00 (cinco mil, setecentos e trinta e oito reais), e rendimentos a receber da centralização financeira do mês de dezembro de 2018, no valor de R\$ 487.281,00 (quatrocentos e oitenta e sete mil, duzentos e oitenta e um reais), recebidos em janeiro de 2019.

(b) Refere-se a adiantamento de férias no valor de R\$ 5.728,00 (cinco mil, setecentos e vinte e oito reais), diferença de caixa no valor de R\$ 415,00 (quatrocentos e quinze reais) e pendências a regularizar no valor de R\$ 1.380,00 (mil, trezentos e oitenta reais).

(c) Avais e fianças honrados, refere-se a operações em atraso com cartões de créditos de associados.

(d) Títulos e Créditos a Receber refere-se à participação no capital social da Cooperativa Central de Crédito – Sicoob Goiás Central, cuja devolução estava prevista em 60 (sessenta) parcelas, mas que foi integralmente recebido em fevereiro de 2019.

(e) Refere-se à venda de bem não de uso próprio realizado pela cooperativa em janeiro de 2014. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2018 está composto pelos seguintes valores: R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) relativo a nove lotes recebidos em pagamento; R\$ 513.000,00 (quinhentos e treze mil reais) de despesas que serão apropriadas para o resultado em janeiro de 2019; e R\$ 4.017.627,00 (quatro milhões, dezessete mil e seiscentos e vinte e sete reais) relativo ao saldo alienado do imóvel que serão recebidos em 4 (quatro) parcelas anuais, subsequentes, no valor de R\$ 1.168.000,00 (um milhão e cento e sessenta e oito mil reais) cada, com vencimentos, respectivamente, em 31/01/2019, 31/01/2020, 31/01/2021 e 31/01/2022, corrigidas pelo IGPM-FGV a partir de 31/01/2016, conforme 2º Aditivo do Instrumento Particular de Compromisso Irretratável de Compra e Venda de Imóvel Rural. Além disso, incidirão única e exclusivamente sobre as 4ª e 5ª parcelas, juros de 1% a.m. (um por cento ao mês), tendo como termo inicial de

aplicação a data de 30/01/2020. Com relação à parcela a vencer em 31/01/2019, já foram recebidos, até 31 de dezembro de 2018, R\$ 960.000,00 (novecentos e sessenta mil reais), restando, dessa forma, R\$ 208.000,00 (duzentos e oito mil reais) a serem recebidos relativamente ao valor da parcela original, além de R\$ 305.627,00 (trezentos e cinco mil, seiscentos e vinte e sete reais) referentes à atualização do IGPM-FGV.

(f) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Avais e Fianças Honrados	Devedores por Compra de Valores e Bens	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017
B 1% Normal	-	5.530.627	5.530.627	(55.306)	6.519.439	(65.194)
E 30% Normal	-	-	-	-	1.448	(435)
E 30% Vencidas	175	-	175	(53)	17.334	(5.200)
F 50% Vencidas	51.349	-	51.349	(25.675)	1.000	(500)
G 70% Vencidas	1.745	-	1.745	(1.221)	11.485	(8.039)
H 100% Vencidas	16.779	-	16.779	(16.779)	(82.897)	(82.897)
Total Normal	-	5.530.627	5.530.627	(55.306)	6.520.887	(65.629)
Total Vencidos	70.048	-	70.048	(43.728)	112.716	(96.636)
Total Geral	70.048	5.530.627	5.600.675	(99.034)	6.633.603	(162.265)
Provisões	(43.728)	(55.306)	(99.034)		(162.265)	
Total Líquido	26.320	5.475.321	5.501.641		6.471.338	

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Bens Não de Uso Próprio (a)	2.716.926	140.309
(-) Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio (b)	(288.973)	(20.130)
Despesas Antecipadas (c)	169.307	-
TOTAL	2.597.260	120.179

(a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(b) Refere-se a provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens.

(c) Despesas antecipadas refere-se à Contribuição ao Fundo de Estabilidade e Liquidez, o montante foi dividido em 14 (quatorze) parcelas, das quais 2 (duas) já foram quitadas.

9. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB UNI** e ações do **BANCOOB**.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Participações em cooperativa central de crédito (a)	485.297	6.486.250
Participações instituições financeiras controlada cooperativa crédito	6.037.785	5.365.406
TOTAL	6.523.082	11.851.656

(a) O saldo de 31 de dezembro de 2017 refere-se à participação da cooperativa no capital social do Sicoob Goiás Central, que em função da desfiliação daquela central ocorrida em 2018, foi reclassificado para o grupo "Outros Créditos".

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017	Taxa Depreciação
IMOBILIZADO DE USO	613.606	613.606	
Terrenos	278.000	278.000	
Edificações	335.606	335.606	4%
OUTROS IMOBILIZADOS DE USO	1.008.893	944.766	
Imobilizado em Curso	-	92.000	
Instalações	287.491	258.783	10%
Móveis e equipamentos de Uso	403.526	303.486	10%
Sistema de Comunicação	7.280	7.280	20%
Sistema de Processamento de Dados	197.597	183.411	10%
Sistema de Segurança	34.841	21.648	10%
Sistema de Transporte	78.158	78.158	20%
DEPRECIÇÃO ACUMULADA	(616.216)	(508.328)	
(-) Depreciação Acumulada Imóveis de Uso - Edificações	(215.907)	(202.483)	
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	(90.742)	(61.993)	
(-) Depreciação Acumulada Móveis e Equipamentos de Uso	(93.074)	(54.671)	
(-) Depreciação Acumulada Outras Imobilizações de Uso	(216.493)	(189.181)	
TOTAL	1.006.283	1.050.044	

11. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos à vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de *pro rata temporis*, já as remunerações pré-fixadas são calculadas com base no prazo final das operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Depósito à Vista	17.083.507	10.851.698
Depósito a Prazo	88.179.717	44.933.314
TOTAL	105.263.224	55.785.012

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma

associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constituído conforme Resoluções CMN nº4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

a) Concentração dos principais depositantes

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Depositante	32.093.060	24,38%	9.270.481	12,60%
10 Maiores Depositantes	83.089.638	63,11%	32.493.317	44,18%
50 Maiores Depositantes	111.200.098	84,46%	56.100.536	76,27%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2018	2017
Despesas de Depósitos a Prazo	(3.772.280)	(5.050.790)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(1.333.315)	(1.170.905)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(138.143)	(126.682)
TOTAL	(5.243.738)	(6.348.377)

12. Recursos de aceite e emissão de títulos

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004). São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários:

Descrição	31/12/2018	Taxa média	31/12/2017	Taxa média
Obrigações por emissão de LCA – Pós-fixada	26.390.653	0,42% a.m.	17.769.033	0,46% a.m.
TOTAL	26.390.653		17.769.033	

13. Relações interfinanceiras – Repasses interfinanceiros

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	31/12/2018	31/12/2017
Recursos do Bancoob	44.507.648	48.365.672
(-) Despesa a apropriar Bancoob	(1.902.314)	(2.291.342)
TOTAL	42.605.334	46.074.330
Circulante	40.168.148	43.885.346
Não circulante	2.437.186	2.188.983

14. Relações Interdependentes

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Ordens de Pagamento	951.000	391.000
TOTAL	951.000	391.000

Tratam-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros. Esses valores eram contabilizados no grupo de credores diversos e foram reclassificados, para melhor adequação contábil.

15. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	5.039	14.748
Sociais e Estatutárias	1.218.269	1.312.683
Fiscais e Previdenciárias	743.463	1.265.274
Diversas	1.181.889	1.090.542
TOTAL	3.148.660	3.683.247
Circulante	2.724.794	3.259.381
Não circulante	423.866	423.866

15.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Resultado de Atos com Associados (a)	660.062	988.969
Resultado de Atos com Não Associados (a)	515.967	297.028
Cotas de Capital a Pagar	42.240	26.686
TOTAL	1.218.269	1.312.683

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – Fates é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

15.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	13.027	18.568
Impostos e contribuições a recolher	730.435	1.246.706
TOTAL	743.463	1.265.274

15.3 Diversas

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	557	92.000
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (a)	183.450	114.751
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento	195.462	267.771
Provisão para Pagamentos a Efetuar (b)	289.699	153.409
Provisão para Demandas Judiciais (Nota 29)	423.866	423.866
Credores Diversos - País	88.855	38.745
TOTAL	1.181.889	1.090.542

(a) Refere-se à contabilização, a partir de 30/09/2015, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de dezembro de 2018, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 183.450 (cento e oitenta e três mil, quatrocentos e cinquenta reais), R\$ 114.751 (cento e quatorze mil, setecentos e cinquenta e um reais) em 31 de dezembro de 2017, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(b) Referem-se aos salários a pagar e provisões de férias e respectivos encargos sociais, bem como outras despesas administrativas a pagar.

16. Instrumentos financeiros

O SICOOB COOPERCRED opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

17. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Capital Social	88.736.536	95.258.113
Associados	1.266	1.106

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 20%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Fundo para Aumento de Capital

Representada pelas destinações estatutárias para aumento de capital, no percentual de 30%, utilizada para rateio na forma do artigo 27, inciso I, e incorporado às respectivas contas.

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 26/04/2018, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em **31 de dezembro de 2017**, no valor de R\$ 4.633.737 (quatro milhões, seiscentos e trinta e três mil, setecentos e trinta e sete reais).

e) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2018	2017
Sobra líquida do exercício	6.177.250	5.275.996
Lucro líquido decorrente de atos não cooperativos apropriado ao FATES	181.239	175.459
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	6.358.489	5.451.455
Destinações estatutárias		
Fundo de Reserva - 20%	1.271.697	545.146
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	317.925	272.573
Fundo para aumento de Capital - 30%	1.907.547	1.635.436
Sobra à disposição da Assembleia Geral	2.861.320	2.998.300

18. Provisão de juros ao capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

19. Ingressos da intermediação financeira

Descrição	2018	2017
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	100.759	54.401
Rendas de Empréstimos	8.791.347	11.334.645
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	1.584.268	1.671.314
Rendas de Financiamentos	353.861	380.053
Rendas Financiamentos Rurais - Aplicações Livres	-	1.430.421
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Livres	1.949.839	1.200.767
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Direcionados à vista (obrigatórios)	1.396.025	1.021.695
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Direcionados da Poupança Rural	1.919.125	782.799
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Direcionados de LCA	11.105	10.638
Rendas de Repasses Interfinanceiros	360.257	-
Rendas Financiamentos Rurais - Aplicações Repassadas e Refinanciamento	-	1.679.119
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.820.577	1.032.863
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	1.230.099	235.578
TOTAL	19.517.262	20.834.293

20. Despesas de pessoal

Descrição	2018	2017
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(43.268)	(39.058)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(643.238)	(631.671)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(173.023)	(163.079)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(445.589)	(435.222)
Despesas de Pessoal - Proventos	(956.878)	(909.763)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(11.640)	(14.168)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(21.903)	(22.815)
TOTAL	(2.295.539)	(2.215.776)

21. Outras despesas administrativas

Descrição	2018	2017
Despesas de Água, Energia e Gás	(10.351)	(29.214)
Despesas de Aluguéis	(525)	-
Despesas de Comunicações	(58.347)	(60.311)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(46.723)	(43.479)
Despesas de Material	(17.177)	(16.598)
Despesas de Processamento de Dados	(97.152)	(152.969)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(249.860)	(135.319)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(165.972)	(114.281)
Despesas de Publicações	(405)	(540)
Despesas de Seguros	(10.487)	(38.342)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(509.499)	(415.512)
Despesas de Serviços de Terceiros	(73.651)	(83.528)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(66.657)	(63.289)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(389.771)	(704.209)
Despesas de Transporte	(78.530)	(77.695)
Despesas de Viagem no País	(30.191)	(40.309)
Outras Despesas Administrativas	(40.193)	(28.920)
Despesas de Amortização	(4.775)	(4.774)
Despesas de Depreciação	(111.979)	(93.539)
Emolumentos judiciais e cartorários	(1.629)	(121)
Contribuição a OCE	(180.463)	(172.179)
Rateio de despesas da Central	(568.733)	(328.091)
Rateio de despesa do Sicoob Confederação	(42.055)	(71.708)
TOTAL	(2.755.125)	(2.674.927)

22. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	2018	2017
Recuperação de Encargos e Despesas	50	2.829
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	39.674	470.424
Rendas multas por atraso - cartão de crédito	-	72
Dividendos	672.354	626.999
Crédito receita Sipag - faturamento	20.715	5.462
Crédito receita Sipag - antecipação	43.225	4.827
Receita volume financeiro - rede	3.640	3.506
Distribuição de sobras da central	635.397	59.891
Rendas de repasses Delcredere	31.297	25.317
Outras rendas operacionais	105.855	586.406
TOTAL	1.552.207	1.785.733

23. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	2018	2017
Operações de Crédito - Desp. Descontos Concedidos Renegociações	(94.403)	-
Despesas de Provisões Passivas	(108.373)	(585.175)
Outras Despesas Operacionais	(296.036)	(132.220)
Descontos concedidos - operações de crédito	(139.831)	(17.900)
Cancelamento - tarifas pendentes	(8.487)	(5.299)
TOTAL	(647.130)	(740.594,27)

24. Resultado não operacional

Descrição	2018	2017
Lucro em Transações com Valores de Bens	283.363	46.731
Ganhos de Capital	4.470	8.749
Perdas de Capital	(226)	
Resultado Líquido	287.607	55.480

25. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2018:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. - Vínculo de Grupo Econômico	15.920.622	14,45%	226.633
P.R. - Sem vínculo de Grupo Econômico	3.763.677	3,42%	24.764
TOTAL	19.684.299	17,86%	251.397
Montante das Operações Passivas	3.772.805	2,87%	

Operações ativas e passivas – saldo em 2018:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	3.189	140	0%
Crédito Rural	10.530.848	155.563	9,56%
Empréstimo	8.266.788	91.277	7,50%
Títulos Descontados	883.474	4.417	0,80%
Total	19.684.299	251.397	

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos à Vista	728.836	4,27%	0%
Depósito a Prazo - RDC	522.473	0,59%	0,48%
Depósito a Prazo - LCA	2.521.496	9,55%	0,43%
Total	3.772.805	2,87%	

Foram realizadas transações com partes relacionadas, nas mesmas condições observadas para todos os associados, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas
Desconto de Cheques	1,49% a.m.
Empréstimos	1,41% a.m.
Aplicação Financeira – Pós-Fixada	95,25% CDI

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2017	
Empréstimos e Financiamentos	5,49%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	1,88%
Crédito Rural (modalidades)	9,34%

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Crédito Rural	30.915.340
Empréstimos e Financiamentos	19.448.656

No exercício de 2018 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2018 (R\$)	
Honorários - Conselho Fiscal	(43.269)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(643.239)
Encargos Sociais	(137.301)
TOTAL	(823.809)

26. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO VALE DO SÃO PATRÍCIO LTDA - SICOOB COOPERCRED, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO – SICOOB UNI, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB UNI, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB UNI a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB COOPERCRED responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB UNI perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB UNI:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Ativo		
Centralização Financeira	33.570.056	11.243.276
Investimentos	485.297	6.486.250

Os saldos de 31 de dezembro de 2017 referem-se ao Sicoob Goiás Central, da qual a Cooperativa se desfilou no primeiro semestre de 2018. Os saldos de 31 de dezembro de 2018 referem-se às transações com a Central Sicoob Uni.

27. Seguros contratados – não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros.

28. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o valor do PR para cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Patrimônio de Referência	99.455.064	110.703.604

29. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2018		31/12/2017	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Fiscais - Lei 9.703/98	423.866	423.866	423.866	423.866
TOTAL	423.866	423.866	423.866	423.866

PIS e COFINS - Quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Consequentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de 31/01/2004 a 30/11/2004, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em Garantia.

Segundo a assessoria jurídica do Sicoob Coopercred, existem 6 processos de natureza cível nos quais a cooperativa figura como polo passivo, as quais foram classificadas com probabilidade de perda "possível", no valor total de R\$ 542.518, em 31 de dezembro de 2018.

30. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

30.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

30.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

30.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

30.4 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

30.5 Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

30.6 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

Genilson Nunes Pinheiro
Diretor Responsável

Risco de mercado e de liquidez
Gerenciamento de capital

Raquel Macarini Pimenta Ferreira
Diretor Responsável

Risco operacional
Risco de crédito

Marcos Vinícius de Oliveira
Agente de Controle Interno e Risco

Relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis.

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Vale do São Patrício Ltda.
Sicoob Coopercred - Goianésia/GO.

Opinião.

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Vale do São Patrício Ltda - Sicoob Coopercred, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Coopercred em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis".

Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Processos no Banco Central do Brasil e Ministério Público Federal.

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa número 1, que trata dos processos protocolados pela Cooperativa junto ao Banco Central do Brasil e ao Ministério Público Federal relativos a suspeitas de fraudes envolvendo o descumprimento de leis e regulamentos, os quais estão em fase preliminar de apuração e investigações pelos órgãos competentes, cuja conclusão é fundamental para a recuperação das eventuais perdas incorridas pela Cooperativa.

Outros assuntos.

As demonstrações contábeis do Sicoob Coopercred para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório em 30 de maio de 2018 com abstenção de opinião sobre essas demonstrações contábeis em razão de limitações para apuração dos eventuais impactos decorrentes das suspeitas de fraudes e descumprimento de leis e regulamentos que foram protocolados junto ao Banco Central do Brasil e Ministério Público Federal e da inexistência de evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre os saldos de abertura relativos a 1º de janeiro de 2017, auditados por outros auditores independentes.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor.

A administração do Sicoob Coopercred é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório Anual, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório Anual e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório Anual, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, quando lermos o Relatório Anual, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança da Cooperativa.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 11 de abril de 2019.
Nestor Ferreira Campos Filho
Contador CRC DF – 013421/O-9
CNAI 1727

Parecer do Conselho Fiscal.

Na qualidade de membros efetivos do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Vale do São Patrício Ltda., em cumprimento ao que determina o Art. 83, Inciso XV, Seção IV do Estatuto Social, declaramos para os devidos fins legais e estatutários, que procedemos minucioso e criterioso exame em todos os documentos e peças contábeis apresentados, que compreendem: os Balancetes mensais, Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis relativos ao

exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, tendo encontrado tudo na mais perfeita ordem.

Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras representam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Vale do São Patrício Ltda. em 31 de dezembro de 2018.

Desta forma, recomendamos à Assembleia Geral Ordinária, a aprovação de todas as contas, bem como os relatórios apresentados.

Goianésia, 11 de abril de 2019.

Nelson Gomes da Silva Neto
Conselho Fiscal

Dickson Martins Rodrigues Junior
Conselheiro Fiscal

Rodrigo Gonçalves Mendes
Coordenador do Conselho Fiscal

Nossa Agência

Sicoob Coopercred

Avenida Brasil, nº 330 - Goianésia - GO
CEP: 76.380-025
(62) 3353-1651



